

## DEPOIMENTO

**Oldemar Blasi\***

Inicialmente, quero agradecer o convite que os organizadores deste Evento fizeram-me, para dizer algumas coisas, que a minha memória guardou, referentes ao período no qual tive relacionamento mais acentuado com o professor José Loureiro Fernandes.

Cursava eu, no final dos anos quarenta, no século passado, Geografia e História, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na época dirigida ainda pelos Irmãos Maristas, e que ficava situada na esquina da rua 15 de Novembro com a rua Tibagi. Entre as disciplinas do curso, estavam duas que me eram de grande agrado: Antropologia e Etnologia e Etnografia do Brasil, assim chamadas naquele tempo. No primeiro ano do curso, não tive aulas com Loureiro Fernandes, pois achava-se em viagem pela Europa. Mas, no ano seguinte as aulas foram por ele administradas. E, essas aulas foram proferidas de forma tal que o meu interesse pelas mencionadas disciplinas cresceu consideravelmente. Tanto que levaram-me a aprofundar-me nos conhecimentos tanto da antropologia como da arqueologia.

Loureiro Fernandes era pessoa de estatura mediana, calvo, agitado e trajando, quase sempre, roupa escura. Era uma figura que impressionava, pois ao lado dessas características, aliava-se uma extraordinária capacidade de comunicação e profunda erudição. Veja-se, como exemplo, os diferentes campos em que atuou: medicina, antropologia, folclore, arqueologia e preservação do nosso patrimônio histórico.

Durante as aulas ele observou meu grande interesse, não somente pelas suas preleções, mas também pela minha vontade em atuar como pesquisador, daí ter me convidado para seu assistente, o que de fato ocorreu. Como tal fiquei cinco anos. Contudo, não ministrei aulas na Faculdade, mas sim, auxiliiei-o em algumas pesquisas de campo e laboratório. Coincidiu que, na época, o professor João José Bigarella havia deixado o cargo de Diretor do Patrimônio Histórico,

\* Professor - Pesquisador em Ciências Humanas com ênfase em Arqueologia, sobre a qual disciplina têm inúmeros trabalhos publicados.

unidade do Departamento de Cultura da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, na ocasião dirigida pelo professor Fernando Corrêa de Azevedo. Loureiro então indicou-me para essa função, o que foi aceito pela Secretaria do órgão estatal exercido na época por Newton da Silva Carneiro. Com a minha indicação Loureiro visava ter alguém com certo conhecimento de arqueologia e história, para cuidar dos sítios arqueológicos e dos monumentos significativos do nosso passado, ambos ameaçados, seriamente, de destruição. Tanto os montes conchíferos, denominados sambaquis, como os prédios históricos civis e religiosos, situados na orla litorânea, mas principalmente os sambaquis, eram, implacavelmente, destruídos pelas Prefeituras, Departamento de Estradas de Rodagem e Rede Ferroviária. Os imóveis históricos eram substituídos ou modificados no seu original.

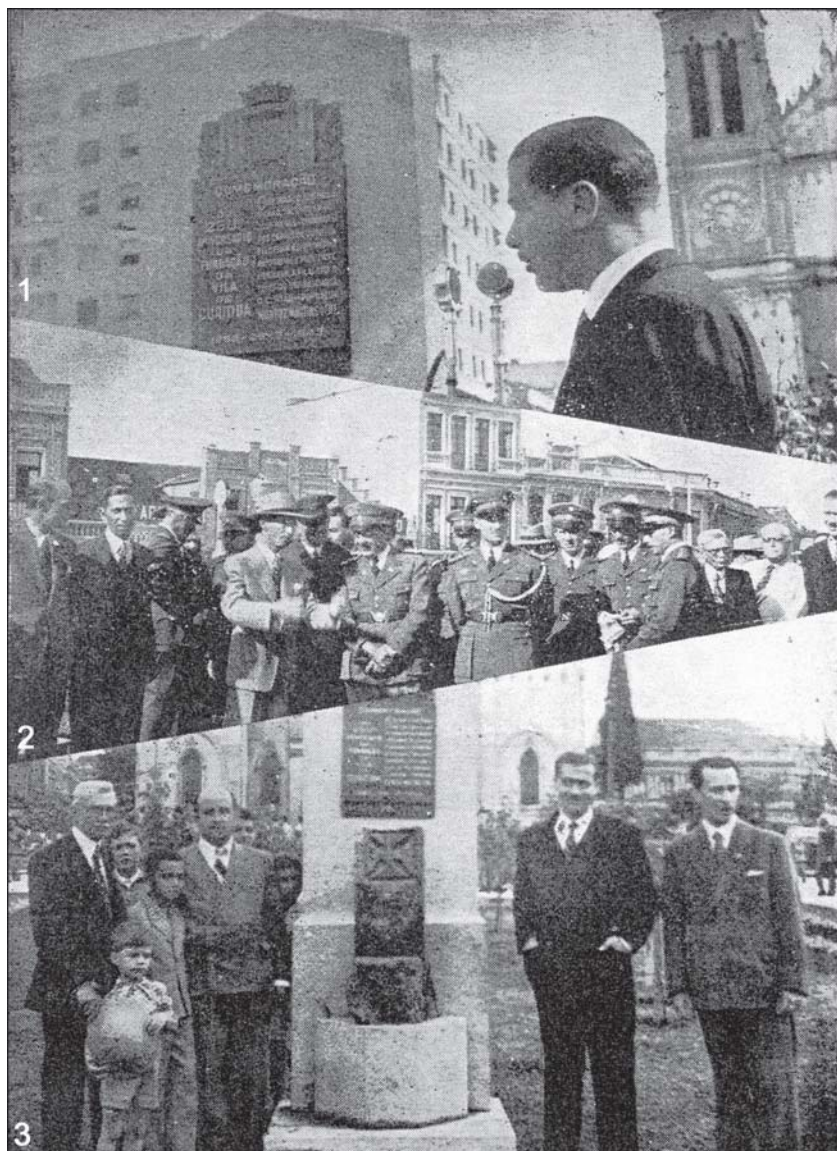
Em uma tarde, Loureiro adentrou as dependências do Departamento de Cultura e disse ao Fernando Corrêa: - **“Temos que providenciar um decreto estadual que vise a proteção dos Sambaquis, pois a sua destruição vem sendo feita extremamente acelerada”**. Na mesma hora foi redigida a minuta do texto do decreto, dias depois assinado pelo então Governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto. Foi o primeiro ato do poder público, em todo o país protegendo, para estudos científicos, sítios arqueológicos brasileiros. Após publicado o decreto, havia a necessidade de regulamentá-lo. O que foi feito. Mas isso não conseguiu que o principal objetivo do ato fosse alcançado, uma vez que, talvez por motivo do profundo relacionamento que Loureiro tinha com as autoridades e políticos da época, o regulamento saiu falho. Ocorreu que no texto constou a necessidade do desmonte ser acompanhado por um especialista em arqueologia, após o que poderia ser seu material liberado para outras finalidades. Esta exigência tornou-se praticamente obsoleta, uma vez que o Estado não possuía arqueólogos em seu quadro de funcionários. Por outro lado, talvez porque Loureiro Fernandes mantinha grande relacionamento com influentes personalidades do mundo político e administrativo do governo da época, essa concessão foi inserida no texto. Não posso afirmar.

Bem, aconteceu que, não havendo arqueólogos para acompanhar o seu desenfreado desmonte e tendo eu já certo conhecimento das características desses montes fui, por indicação de Loureiro, incumbido, por alguns meses, de acompanhar quase uma dezena de desmontes, do que resultou a coleta de centenas de evidências arqueológicas, incorporadas aos acervos do Museu Paranaense e da Cátedra de Antropologia da Faculdade de Filosofia. Embora advertidos sobre a necessidade de serem os sambaquis monitorados por

especialistas, houve casos de desrespeito ao ato. Exemplo, a Prefeitura de Guaratuba. Foi necessário publicar em jornal de circulação estadual o nome dos infratores. Estes protestaram, alegando ser muito importante para eles a utilização do material proveniente dos sambaquis. O prefeito de Guaratuba, solicitou ao secretário de Educação e Cultura da época, dr. Lauro Portugal Tavares a anulação do ato proibitivo, bem como a minha exoneração do cargo de Diretor do Patrimônio, sob o pretexto de que o diretor estava prejudicando o município, principalmente sob o ponto de vista político... Chamado ao gabinete do titular da pasta, este argumentou: - “Este ato está me prejudicando, pois Guaratuba é um dos meus redutos eleitorais importantes”. Respondi que nada mais estava fazendo do que cumprir com o que previa o decreto do governador, sobre a proteção dos sambaquis. Felizmente por intervenção de Loureiro Fernandes, o governador não anulou o decreto e, praticamente, dessa época em diante, esses importantes sítios arqueológicos vêm sendo preservados.

Outra presença importante de Loureiro diz respeito ao seu interesse na preservação do Patrimônio Histórico Edificado. Desde a sua gestão à frente do Museu Paranaense, 1943, ele já vinha ativamente pugnando pela preservação dos edifícios civis e religiosos, principalmente os existentes na orla litorânea, no caso Paranaguá, Antonina e Guaratuba. Ocorre que o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937, havia se preocupado em proteger os monumentos arquitetônicos da cidade da Lapa, em detrimento aos das cidades litorâneas. Em discurso pronunciado ao ensejo dos 250 anos de Curitiba, em solenidade realizada na Praça Tiradentes, na qual foi incluída a instalação do marco comemorativo à fundação da cidade, Loureiro chamou a atenção das autoridades no sentido de que fossem preservados os significativos bens culturais das cidades marinhas como também os do interior. Alertava ele, assim, para o impacto que a grande expansão agrícola haveria de causar aos marcos representativos do nosso passado, como de fato até certo ponto causou. Na mesma época, em companhia de Júlio Estrella Moreira, que também fazia parte do corpo de conselheiros do Museu Paranaense, ele participou na organização de exposição comemorativa à fundação de Curitiba. Essa exposição foi montada na Sociedade Duque de Caxias, que situava-se na esquina das ruas Murici com José Loureiro. Eles expuseram uma série de objetos e fotografias, estas mostrando os edifícios de interesse histórico que o Paraná deveria preservar.

Mais tarde, em 1950, quando do Cinquentenário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Loureiro Fernandes teve uma curiosa e interessante atuação. Durante o primeiro Congresso



**Figura 1. Fragmentos das Comemorações dos 250 anos de Curitiba, em 29/03/1943, na Praça Tiradentes. 1, Bento Munhoz da Rocha Neto, presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes; 2, Diversas autoridades; 3, Fragmentos do Pelourinho ladeados por Arthur Martins Franco, José Loureiro Fernandes e o filho Manuel, à esquerda e, Bento Munhoz da Rocha Neto, à direita (Fonte: Boletim da PMC, Curitiba, a. 2, n. 8, 29 mar. 1943).**

de História do Paraná, realizado na época, entre as moções apresentadas, houve uma na qual se propunha homenagear o índio Guairacá. Seria erigido um monumento na Praça Tiradentes, do qual o notável escultor João Turin já havia elaborado uma maquete. Apoiavam a idéia Romário Martins, Arthur Martins Franco, Carlos Stellfeld e Bento Munhoz da Rocha Neto, entre outros. A moção ao ser apresentada foi aplaudida, menos por Loureiro Fernandes. Todos ficaram apreensivos em face do inesperado fato. Loureiro Fernandes pediu a palavra e disse: - **“É um equívoco muito grande querer homenagear o índio Guairacá, pois a história nos conta que ele foi colaborador dos espanhóis quando da identificação do espaço que mais tarde viria a ser o território paranaense”**. Justifica-se esse procedimento



**Figura 2. Comemorações dos 250 anos de Curitiba. Hasteamento da bandeira de Curitiba na Praça Tiradentes. À direita o prefeito Rozaldo E. de Mello Leitão e à esquerda, José Loureiro Fernandes, diretor do Museu Paranaense (Fonte: Boletim da PMC, Curitiba, a. 2, n. 8, 29 mar. 1943).**



de Loureiro, em face da divisão que o Tratado de Tordesilhas fazia entre as terras portuguesas e espanholas na América do Sul. De acordo com esse documento, os espanhóis ficariam com expressiva porção do território brasileiro, o que não era do agrado de Portugal. Consta que o índio Guairacá teria lutado contra a penetração portuguesa nas áreas então previstas no referido tratado. Loureiro Fernandes propôs então que em lugar de Guairacá, fosse homenageado o índio Kaingáng Viri, que havia dado ajuda aos portugueses. Este registro pode ser lido nas atas do referido congresso.

Mais tarde, ainda como seu assistente voluntário, fui convidado a participar de algumas viagens em companhia dele, principalmente aos índios Kaingáng do Posto Indígena Fioravante, situado em Palmas. Visaram essas viagens, a coleta de sangue de cerca de duas centenas de índios. O estudo hematológico das amostras coletadas foi a primeira experiência que tive em relação aos índios do Paraná.

Tempos mais tarde, aconteceram fatos que tiveram grande repercussão no Paraná. A política que vinha sendo desenvolvida por Moisés Lupion ruiu em 1950, com a eleição de Bento Munhoz da Rocha Neto, adversário ferrenho do grupo lupionista. Com a queda de Lupion e ascensão de Munhoz da Rocha, criou-se forte oposição apoiada, entre outras, pelo jornal *Gazeta do Povo*. Este diário iniciou sistemática campanha contra o governo Munhoz da Rocha; a tal ponto chegou essa campanha que a lei governamental criando o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico do Estado, que incluía a proteção aos sambaquis, levou a *Gazeta do Povo* a publicar, em destaque, o seguinte: “É um absurdo que um governador de estado esteja a perder tempo com a proteção de sambaquis, quando os problemas grandes do estado, estão sendo deixados de lado”.

No mesmo jornal, foi feita na época uma séria acusação sobre o pai de Loureiro Fernandes, sr. José Fernandes Loureiro. Dizia o jornal que ele havia colaborado com os revoltosos na revolução de 1894. Loureiro redigiu um artigo publicado na própria *Gazeta do Povo*, em defesa de seu pai, artigo que pode ser lido nas coleções desse jornal. Dizia Loureiro que o seu genitor não havia colaborado mas sim, ao contrário, pois ele fazia parte de uma comissão de curitibanos incumbida de garantir à população o necessário suprimento alimentar, uma vez que a cidade estava sitiada. Como José Fernandes Loureiro, também apelidado de José Nabo, certamente devido à sua baixa estatura, era um importante comerciante atacadista e, conseqüentemente, se sentia no dever de dar um atendimento à população já carente. Concluiu-se, pelo que se sabe, que Fernandes Loureiro não era político e seu posicionamento visou somente o bem estar da

comunidade curitibana.

Ao mesmo tempo em que ocorriam esses fatos, o Estado do Paraná experimentava alto desenvolvimento econômico. Concomitantemente com a devastação das nossas florestas nativas, a nossa economia, escorada ainda na madeira e já em grande escala no café, crescia e proporcionava apreciáveis saldos financeiros aos cofres do Estado. Isso deu ao mestre e governador Bento Munhoz da Rocha Neto expressiva projeção, a qual, aliada às comemorações do Primeiro Centenário do Estado em 1953, levaram-no, amparado nos recursos disponíveis, a programar uma série de comemorações, nas quais estavam incluídos numerosos congressos nacionais e internacionais. Realmente é verdade, pois mais de 35 deles foram realizados na época.



**Figura 3. Abertura do 1º Congresso de História da Revolução de 1894 (10 de fevereiro de 1914). Da esquerda para direita: prof. Tito Lívio Ferreira (1º secretário), cap. Fernando Flôres, Secretário de Interior e Seg. Pública do Paraná (Representante do Interventor Manoel Ribas), gal. Raimundo Sampaio (Presidente efetivo do Congresso), dr. José Loureiro Fernandes (Secretário Geral) e dr. Abílio Barreto (Secretário). (Fonte: Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Curitiba: Gráfica Paranaense, p. 553. 1944).**

Entre esses congressos, estava previsto o Segundo Nacional de Folclore. O professor Loureiro Fernandes, que era presidente do evento, convocou-me e ao professor Aryon Dall'Ígna Rodrigues, este

uma das maiores autoridades em línguas indígenas da América, professor da Universidade de Brasília e da Unicamp. Visava Loureiro que procedêssemos o levantamento dos remanescentes dos mais significativos fatos folclóricos paranaenses. Isso porque, Aryon e eu, já havíamos feito algumas incursões no campo folclorista; daí o convite. Pretendia-se com isso, durante o Congresso, apresentar aos participantes dois dos mais expressivos eventos folclóricos paranaenses: as Cavalhadas de Palmas e as Congadas da Lapa. Os contatos por nós estabelecidos em Palmas não redundaram em condições da apresentação da cavalhada. A Congada da Lapa, porém, foi apresentada no antigo Estádio Lourival de Brito e Silva, com grande aceitação pelos congressistas e público.

A intervenção de Loureiro foi determinante para o sucesso do Congresso, principalmente na obtenção de recursos financeiros para a sustentação do evento.

Outro episódio que me parece interessante relatar, diz respeito à preservação de pequenino monumento arquitetônico situado nos Campos Gerais, a Capela do Tamanduá. Situava-se na época ainda no município de Campo Largo (hoje pertencente à jurisdição de Balsa Nova). Em companhia de Fernando Corrêa de Azevedo, Atílio Barbosa, Vladimír Kozák e Loureiro Fernandes, procedemos o levantamento e o tombamento da referida capela, seriamente ameaçada de ruir, construída que fora em 1730.

Em 1953, Loureiro foi informado pelo professor Arthur Barthelmess sobre a ocorrência de um sítio arqueológico no vale do rio Ivaí, município de Prudentópolis. Pelas informações preliminares, tratava-se efetivamente de um sítio de grandes proporções e rico em indícios arqueológicos. Loureiro Fernandes reuniu um grupo de professores e pesquisadores para estabelecer um primeiro contato com o achado. Faziam parte do grupo, além de Loureiro Fernandes e eu, Felipe Miranda de Souza Júnior, Aryon Dall'Igna Rodrigues e o notável taxidermista do Museu Paranaense André Mayer, de quem pouco se fala, mas que foi considerado um dos mais completos especialistas no difícil campo da taxidermia na América. Alguns dos animais por ele preparados, podem ser vistos nas coleções do Museu Municipal de História Natural do Capão da Imbuia, em Curitiba.

O sítio arqueológico do Estirão Comprido, como foi denominado, foi sistematicamente pesquisado sob a orientação do dr. Fernando Altenfelder Silva, anos depois. Loureiro o havia conhecido durante a II Reunião Brasileira de Antropologia, ocasião em que convidou-o para coordenar as investigações arqueológicas no Instituto de Pesquisas, bem como para ministrar aulas de sociologia na Faculdade de



Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Essa foi a primeira pesquisa arqueológica, conduzida em bases científicas no planalto paranaense.

Em 1956 candidatei-me, como pesquisador auxiliar, junto ao Projeto Arqueológico Lagoa Santa, sob a coordenação do dr. Wesley Hurt Jr., antropólogo norte-americano. Minha indicação foi amparada por Loureiro Fernandes, tendo ele intervido na obtenção de bolsa junto à CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Professor do Ensino Superior). O projeto teve a duração de 6 meses e, após seu término, ensejou-me ida aos EUA, para aperfeiçoamento arqueológico, no ano seguinte. Para a obtenção dessa bolsa, também houve a colaboração da Cátedra de Antropologia da UFPR, dirigida por Loureiro. Durante a minha ausência do Brasil, criou-se o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, uma unidade da UFPR. Participaram na sua criação, além de Loureiro, Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional, Paulo Duarte, da Universidade de São Paulo, Fernando Altenfelder Silva da UFPR e Joseph Emperaire, arqueólogo francês do Museu do Homem. Quando do meu retorno ao país, Loureiro convidou-me para secretário da novel Instituição. Por cinco anos exerci essa função. Nesse período muitas foram as pesquisas de campo e laboratório realizadas, além da participação de cursos organizados pelo Centro.

Talvez a mais difícil missão assumida por Loureiro, tenha sido a recuperação e organização do Museu de Arqueologia e Artes Populares, no antigo Colégio Jesuíta de Paranaguá. Essa tarefa, primeiro pelo fato do imóvel estar situado fora de Curitiba e, segundo, pelo péssimo estado de conservação em que ele se encontrava, exigiu do professor um esforço extraordinário. Tive a oportunidade de colaborar, inicialmente, no acompanhamento da restauração do prédio e nas primeiras providências para a instalação do Museu. O prédio, do fim do século XVIII, não oferece condições para a instalação de um museu em bases que a moderna museologia exige. Mas, Loureiro contornou os problemas que o imóvel apresentava e o inaugurou em 1963, cerca de 10 anos após ele ter assumido essa espinhosa incumbência.

Finalmente, desejo contar como ocorreu uma das maiores decepções que Loureiro teve em sua vida. Como já narrei, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto programou uma série de eventos relacionados aos 100 anos do Estado do Paraná. Mas, no governo do Moysés Lupion, Loureiro havia conseguido a doação de amplo terreno pertencente ao Estado, situado na face leste da Praça Santos Andrade para ali ser construído um conjunto de prédios capaz de abrigar o Museu Paranaense, Escola de Belas Artes e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. No dia 19 de dezembro de 1949, em ato

solene, foi lançada a pedra fundamental do empreendimento. Na ata lavrada na ocasião, consta que a iniciativa e a concretização do proposto tinha sido de Loureiro Fernandes. No ano seguinte, porém, Munhoz da Rocha assumiu o Governo. Entre os atos relacionados com o Centenário, estavam os da construção de numerosas obras públicas, tais como Palácio do Governo, Fórum, Palácio da Justiça e da Assembléia Legislativa, todas elas no Centro Cívico, sede própria para a Biblioteca Pública e Teatro Guaíra. Este último justamente no terreno destinado por Lupion às referidas instituições, no centro das quais estava o Museu Paranaense. Houve grande consternação por parte de pessoas envolvidas com o pretense empreendimento. Loureiro confessou-me, certa vez, que essa tinha sido a maior frustração de sua vida, e que, dificilmente o Museu Paranaense viria a ter condições de obter sua própria sede, em situações semelhantes à pretendida naquela época. Realmente, até os dias atuais o Museu Paranaense ainda não conseguiu ver construído prédio apropriado para abrigar as suas centenárias coleções museológicas, embora recentemente tenha conseguido local em condições bem melhores das que teve em épocas passadas.

Encerro este depoimento assinalando que, ao mesmo tempo que tive com Loureiro Fernandes momentos de grande criatividade e compreensão, também tive divergências acentuadas, certamente motivadas pelo desejo de querer o melhor para os objetivos perseguidos.